

INFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO PARA A CIDADANIA NO TERCEIRO SETOR

INFORMATION AND THE CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE FOR CITIZENSHIP IN THE THIRD SECTOR

**Regina Maria Marteleto¹
Leila Beatriz Ribeiro²**

Resumo

O trabalho reúne algumas reflexões sobre as práticas e representações do conhecimento, informação e comunicação que orientam as ações de grupos, movimentos sociais, entidades e organizações da sociedade civil – ultimamente englobados pela denominação Terceiro Setor - com ênfase nas Organizações Não Governamentais de Assessoria e Apoio Popular – ONGs/AMP. Estas entidades, históricas no campo da educação popular no País, desenvolvem ações político-pedagógicas importantes de serem revisadas no contexto das modernas sociedades da informação, ao promoverem espaços de produção e emprego de conhecimentos e informações para o desenvolvimento e a democratização da sociedade.

Palavras-chave

**INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
CONHECIMENTO E SOCIEDADE**

INTRODUÇÃO

Historicamente afetas aos atributos normativos e gerenciais do Estado patrimonialista, nos últimos anos as atividades no campo do conhecimento e da informação começam a ser objeto de práticas, políticas e arranjos locais, regionais e transnacionais, de forma mais independente da ação e regulação estatais. Essas transformações têm sua razão de ser fundada em três fatores principais.

Primeiro, na mudança do papel do próprio Estado, desde a retração de suas políticas sociais, nas quais as incluídas as políticas educacionais, culturais, científicas e

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação CNPq/IBICT-UFRJ/ECO. Doutora em Comunicação e Cultura – ECO/UFRJ

² Departamento de Processos Técnico-Documentais – UNI-RIO. Mestre em Ciência da Informação

informativos, até os compromissos com a modernização, assumindo, ele também, o papel de gestor de políticas de reforma de suas próprias estruturas.

O segundo fator diz respeito a um certo deslocamento da questão do conhecimento das esferas acadêmicas e pedagógicas de regulação estatal - que detinham o monopólio da sua expressão e disseminação social - para o ambiente das organizações empresariais e seus paradigmas competitivos de gestão do conhecimento. Novos modelos de competência cognitiva e informativa são desse modo formulados, alterando os padrões vigentes de aprendizagem, educação e trabalho. Tais mudanças encontram seu suporte favorável de aceleração nas modernas tecnologias de comunicação e informação.

Por último, na esfera da sociedade civil, uma pluralidade de iniciativas reunindo indivíduos, grupos e organizações com matizes políticos e ideológicos diversos e antagônicos - organizações sem fins lucrativos, movimentos sociais, grupos comunitários, entidades filantrópicas, igrejas, associações - conformam um espaço composto e amalgamado que vem sendo ultimamente designado pela expressão "Terceiro Setor". Nele se formam extensas redes de contato que mobilizam recursos materiais e simbólicos para a transformação social, promovendo novas e complementares formas de apropriação e produção de conhecimentos, e de transferência e gestão de informações, fora da regulação estatal.

Esses fatores conjugados configuram o quadro conjuntural mais recente das políticas e arranjos institucionais nos três setores que compõem a estrutura social - o Estado, o mercado e a sociedade civil - no ambiente globalizado das chamadas sociedades do conhecimento, da informação ou da comunicação.

Sem perder de vista as variáveis macroestruturais acima apontadas, as questões que têm pautado nosso trabalho de pesquisa nos últimos anos situam-se nos ambientes locais do chamado "Terceiro Setor", onde temos estudado as ações político-pedagógicas das ONGs e suas mediações cognitivas, comunicacionais e informativas. Mais recentemente, o enfoque das redes sociais tem nos permitido estudar a teia de elos e relações que se estabelecem entre os indivíduos, grupos e entidades do chamado "Terceiro Setor".³

Neste artigo, a fim de refletir sobre as ONGs, sua representatividade e atuação no chamado Terceiro Setor e seu papel na relação conhecimento e sociedade, trataremos de mostrá-las como um campo em processo de constituição na sociedade brasileira, para em seguida focalizar suas representações sobre o conhecimento, a informação, a comunicação e a cidadania nas ações junto aos movimentos e grupos sociais. Ressalta-se o caráter mediador dessas entidades nas ações de democratização do acesso e emprego dos conhecimentos produzidos socialmente, nos diferentes ambientes da sociedade da informação. Antes, será necessário apresentar algumas precisões conceituais.

SOBRE O CONHECIMENTO, A INFORMAÇÃO E A COMUNICAÇÃO

³ As reflexões aqui registradas fazem parte dos resultados do Projeto Integrado de Pesquisa "Cultura, Informação e Sociedade; estudo das práticas de informação em campos sociais específicos com vistas à revisão e ampliação de modelos de comunicação e transferência da informação", realizado no período de 1996/97, com financiamento do CNPq.

A visão corrente sobre esses três conceitos acredita na sua relação automática, ou seja, a de que uma informação relevante ou correta é aquela capaz de gerar um conhecimento sustentado, que por sua vez supõe a sua comunicação transparente, gerando novas informações e daí novos conhecimentos, realimentando o processo cíclico e em cadeia.

A concepção que sustenta essa visão é a de que a falta de informações corretas dificulta às pessoas o acesso à realidade, ou seja, ao "como e por que as coisas acontecem" e que a retenção das informações pelas fontes geradoras - cientistas, instituições, mídia, etc., impede a partilha democrática do saber.⁴

Como ponto de partida do estudo das práticas e representações de conhecer, informar e comunicar, é importante recuperar alguns elementos que mostram as dificuldades inerentes à ligação espontânea que se costuma estabelecer entre os três termos.

Conhecimento e informação são fenômenos interligados pela sua natureza comum - o ato de obter e dar significado cultural (compartilhado) ao mundo, mas não são processos idênticos ou que se confundem. E funcionam em níveis distintos. O processo de conhecimento supõe estruturação e depuração de informações: seleção da informação relevante, triagem e eliminação da informação supérflua, o que garante a "eficácia da memória", uma vez que não se pode reter todas as informações disponíveis.

Portanto, se a informação pudesse idealmente ser amplamente ou plenamente transmitida a todos, daí não decorreria que o conhecimento também pudesse sê-lo, e nem que a ele corresponda um *quantum* equivalente de informações.

Por outro lado, a comunicação é correntemente entendida como o *medium* que transporta as informações de um emissor a um receptor, por meio de um canal que interfere no conteúdo das informações, modelando-as, de acordo com parâmetros técnicos, dentre outros. A comunicação é então um processo que depende do emissor, do canal de transmissão e do receptor, que interpreta as informações de acordo com sua capacidades.

Ao chegar ao seu ponto receptivo, as informações encontram certas competências lingüísticas e enciclopédicas do receptor que precisam ser empregadas para a compreensão tanto dos termos da mensagem, quanto do "sobre o que se fala". São essas as condições para a compreensão e interpretação das mensagens.

Dessa forma a comunicação e a informação não constituem por si próprias o saber, ou o conhecimento, e estão a depender da aparelhagem cognitiva preliminar do receptor. O saber sobre o qual elas incidem pode ser de dois tipos: a) explícito, no caso de conhecimentos sistematizados, ou científicos; b) implícito, ou referido à ordem e aos valores culturais.

Vê-se que não existe uma linearidade contínua de conhecimento, informação, comunicação, mas uma circularidade: o conhecimento sobre o qual a comunicação das informações vai incidir já existe e serve para interpretá-la, além de ser formado por mensagens anteriores geradas por meio de uma aprendizagem social, no contexto de uma herança cultural e de experiências pessoais.

No momento atual, das chamadas "sociedades da informação", a idéia de que as informações poderiam ser igualitariamente distribuídas por uma comunicação que

⁴ Para uma leitura mais extensa da visão corrente da tríade conhecimento, informação e comunicação ver SFEZ, L. 1994

apenas as transmitisse pareceria não somente um erro, disfarçado de utopia, mas um perigo real. O que equivaleria a "... *atribuir um poder total a um circuito pretensamente "claro" e democrático, reforçando as tecnologias que impulsionam à construção de "máquinas de comunicar" cada vez mais sofisticadas e, portanto, cada vez mais restritivas.*" (Sfez, 1996, p. 6)

As questões assim delineadas relembram que existem conflitos inerentes as atos de conhecer, informar, comunicar, e a necessidade, no contexto das sociedades de hoje, orientadas pela velocidade e reciclagem constantes das informações, da criação e ampliação de espaços interpretativos dos sentidos veiculados pelos diversos canais de comunicação.

A pergunta que pode nortear os estudos da hoje chamada "sociedade da informação" no país é de como, numa sociedade onde convivem níveis diferenciados de integração simbólica e cultural, podem ser criados certos mecanismos que levem ao diálogo, à participação e à troca entre o conhecimento científico e diferentes ordens de saberes e conhecimentos, para o desenvolvimento e a transformação social.

Os estudos no campo da informação e comunicação não têm levado em conta a nossa realidade cultural e institucional concreta e específica, pautando-se por modelos orientados para a provisão e oferta informacionais, desconsiderando os aspectos do acesso (técnico, cognitivo, social, lingüístico e comunicacional) e a possibilidade do emprego dos sentidos, normas, valores e significados assim transmitidos ao mundo vivido ou institucional dos sujeitos.

Muitas das questões hoje estudadas vêm sendo enfocadas pelo paradigma tecnológico, o qual supõe o ajuste e a completude entre oferta e demanda, emissão e recepção dos produtos simbólicos, tomando os aspectos da representação, da linguagem e da comunicação como atendendo a padrões estritamente cognitivos e/ou técnicos.

De forma diferente, quando se trata de estudar a possibilidade de transferência das informações e o seu uso ampliado pela sociedade, é importante levar em conta tanto o quadro institucional do país, mas ainda as interpretações e empregos diferenciados das informações assim absorvidas. Por outro lado, a transferência das informações especializadas para contextos institucionais e vivenciais diversos não é linear, dadas as formas específicas de existir, de representar o mundo, as pessoas e as instituições, que coexistem numa sociedade hierarquizada como a brasileira, caracterizada por uma desigual partilha de bens e serviços, materiais ou simbólicos.

O "TERCEIRO SETOR": LUGAR DA INFORMAÇÃO?

Conceito sociológico, de origem norte-americana, o "Terceiro Setor" é uma idéia polêmica e ainda em construção. Costuma estar referenciado pelas expressões "organizações sem fins lucrativos" ou "organizações voluntárias". Representa hoje o segmento de uma esfera pública não estatal, marcado pela lógica da sociedade civil, que se faz representar por uma variedade de atores sociais e formas de organização que experimentam modos de pensar e de agir inovadores, se comparados àqueles vigentes no nosso quadro institucional tradicional.

Este setor busca, estrategicamente, mecanismos de fortalecimento da participação popular junto às esferas governamentais, redimensionando as práticas políticas dos agentes internos e externos dos movimentos populares, agregando novos

parâmetros de interlocução e participação popular na gestão pública, de produção de conhecimentos de forma compartilhada, e de promoção de espaços de comunicação formais e informais.⁵

Entende-se, desse modo, que o funcionamento do “Terceiro Setor” promove novas formas de produção, transferência e uso da informação.

Este cenário é composto por uma variedade de agentes e organizações que, historicamente, e por diferentes óticas, vêm orientando suas práticas no sentido da democratização da sociedade: pastorais da Igreja, partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais locais (associação de moradores, grupos de ajuda mútua, rádios e jornais comunitários), nacionais e transnacionais (dos negros, mulheres, homossexuais, ecológicos, de direitos humanos), os urbanos e os do campo. O perfil deste (novo) setor encontra-se refletido nas tentativas de afirmação institucional de um conjunto diversificado de entidades que se auto-denominam “Organizações Não Governamentais – ONGs”. Estas organizam-se no espaço da sociedade civil incorporando um objetivo maior de assessoria aos movimentos populares, com mediações políticas, pedagógicas e informacionais que buscam enfatizar as práticas do “Terceiro Setor”: solidariedade social, filantropia, voluntariado, reconhecimento e fortalecimento de quaisquer formas associativas, reinstitucionalização do âmbito público para aumento da igualdade, fortalecimento dos processos de informação pública para entendimento, controle e uso, pela população, dos serviços do Estado e criação de condições para uma “democracia cultural” (Toro, 1997)

A promoção de espaços de interlocução entre diferentes esferas do conjunto social – o Estado, o mercado e a sociedade - relacionados aos valores da solidariedade, direito à igualdade e diferença, cria situações de confronto simbólico, nas quais se afirmam as condições de construção de uma “democracia cultural”, ou possibilidade de expressão política e imaginária de agentes diferentemente posicionados no espaço social. Nesses foros comunicacionais de natureza pública, fluem informações e constroem-se significados que levam a uma leitura das potencialidades do conhecimento produzido pelos coletivos sociais em sua conformação em redes, e não apenas enquanto agregados e estoques informacionais.

AS ONGs NO “TERCEIRO SETOR” – UMA TRAJETÓRIA POLÍTICA

Sob a rubrica ONGs abrigaram-se ao longo do tempo e, mais especificamente a partir dos anos 60, diferentes tipos de entidades ligadas aos movimentos sociais ou a lideranças sindicais, pastorais religiosas ou ainda a partidos políticos. Em um primeiro momento, dando seqüência aos movimentos sociais anteriores ao período autoritário e direcionados principalmente para a luta do proletariado rural e urbano em prol da revolução política e econômica e de transformação da realidade social, a expressão-chave que orientou a ação dessas organizações foi "conscientização das classes populares".

A ação das ONGs, nos últimos anos, sem deixar o objetivo de trabalhar as consciências dos sujeitos das classes populares, passa a incorporar um objetivo mais amplo de assessoria aos movimentos populares que se realiza por uma mediação

⁵ FERNANDES, R.C.1994; LANDIM, L. 1993 . Ver ainda: IOSCHIE, E.B. (org.). 1997; DAGNINO, E. (org.). 1994.

informativa. Esta tem como meta a instrumentalização das camadas populares, de modo que estas participem, junto ao poder público, das decisões relativas à elaboração e implantação de políticas públicas que resultem em melhores condições de vida para a população.

A incorporação da noção de “participação” como orientadora das ações das ONGs baseia-se num pressuposto por elas construído historicamente, que entende que o seu espaço de ação corresponde a um vazio criado, dentre outros fatores, por uma dupla omissão: do Estado, no atendimento às necessidades básicas da população marginalizada; dos meios acadêmicos produtores dos conhecimentos técnico-científicos capazes de atender à sociedade com soluções técnicas, mas ainda críticas e emancipatórias para o desenvolvimento social. As ONGs estabelecem dessa forma o seu espaço de atuação nesse vácuo criado pelo Estado e as instâncias produtoras do conhecimento. Seu campo de formação e ação possui assim interseções simbólicas com os campos político e científico.

APROXIMAÇÕES E RUPTURAS COM OUTROS CAMPOS

O processo histórico de gênese e autonomização de um campo na sociedade acompanha outros processos diversificadores das formas de ação social. No caso das ONGs a história da sua institucionalização está ligada a aproximações e rupturas com outros campos e práticas sociais: a Igreja, os partidos e/ou organizações de militância política de esquerda, as universidades. Considerando essas aproximações, Fernandes observa que as ONGs na América Latina pertencem a uma certa geração de intelectuais que vivenciaram os períodos de autoritarismo e que continuam atuantes no campo. Por outro lado, essas organizações tornaram-se atraentes nos anos 70 porque se apresentavam como uma *alternativa* às práticas institucionais características das universidades, igrejas e partidos de esquerda. (Fernandes *apud* Landim, 1988, p. 9)

Outro traço relacional importante para a conformação de um espaço próprio às ONGs refere-se à polaridade "Estado e povo (ou Sociedade Civil)". As ONGs, desde os anos 70, vêm adquirindo uma autonomia institucional que as diferencia dos partidos e das igrejas por estimularem uma gama de iniciativas dirigidas às bases da sociedade com o objetivo explícito de torná-las mais independentes em relação ao Estado: "*A originalidade das ONGs foi justamente esta: dedicar-se, por definição institucional, aos movimentos que ocorrem nos níveis intermediários e inferiores do corpo político e social.*" (*ibidem*, p. 11), sem serem representantes formais dos movimentos populares. Não sendo entidades representativas, não operam *por* delegação, mas *a favor* das camadas populares da sociedade.

Esse modo específico de construir sua autonomia está relacionado ao contexto social e político do seu surgimento. Muito embora o termo ONG seja recente (é empregado para designar tal conjunto de entidades e suas práticas desde meados dos anos 80), o fenômeno social que ele designa tem suas raízes nos "Centros de Educação Popular", "Centros de Promoção Social", "Centros de Assessoria", que reuniram, a partir dos anos 70, um conjunto de agentes especializados, todos de um modo geral com passagem pela universidade ou mantendo vínculos com ela. Entretanto, as concepções dominantes no universo embrionário das ONGs em relação à universidade eram o seu

total distanciamento em relação aos movimentos "reais" que ocorriam no país. (Landim, 1988, p. 32) Nesse caso, caberia aos profissionais universitários e estudantes engajados, colocar o seu conhecimento *a serviço* das classes populares, transformando-as, por uma ação educacional, em sujeitos ativos desses movimentos "reais".

A expansão das iniciativas civis a partir dos anos 80 fez surgir no cenário público um terceiro personagem, além do Estado e do mercado. Há um terceiro setor "não-governamental" e "não-lucrativo", que no entanto é organizado e independente e mobiliza particularmente a dimensão voluntária do comportamento das pessoas. (Fernandes, 1994, p. 19). Ele inclui diversas formas de associativismo, desde as ações filantrópicas mais tradicionais até as organizações que trabalham com a questão da mulher, do negro, do índio, os pacifistas e os ecologistas, dentre outros. As ONGs, fazendo parte deste universo, buscam recortar nele o seu espaço de ação teórico-prática, através de discursos e ações visando a delimitar um determinado *modus operandi* próprio ao campo, o que é um indicador importante do seu objetivo de legitimação e reconhecimento público.

ONGS E CAMPO ACADÊMICO - ESPECIALISTAS/AGENTES E AÇÕES DE CONHECIMENTO/INFORMAÇÃO

O campo das ONGs de Assessoria e Apoio aos Movimentos Populares (ONGs/AMP) tem se conformado por tomadas de posição de identidade e confronto com outros campos na sociedade: relação de distanciamento e ruptura com o Estado; de aproximação e aliança com as bases da sociedade; de identificação e ruptura com as esferas religiosas, acadêmicas e político-partidárias. Nesta parte, levando em conta algumas características dos seus serviços e dos seus especialistas, estaremos assinalando seus pontos de identidade e ruptura com o campo acadêmico.

O termo assessoria é uma palavra-chave definidora do seu *ethos* e objetivos e está relacionada a uma ação de conhecimento/informação junto às bases da sociedade. É apontada como a atividade principal das ONGs:

“ É uma relação contratual, associada à transmissão de alguma competência de conhecimento, que envolve confiança mútua e uma certa afinidade de propósitos. ‘Assessoria’, neste caso, é com freqüência uma forma de relacionar intelectuais, de um lado, e organizações ou movimentos sociais, de outro, sem que este relacionamento implique um vínculo hierárquico entre as partes”.

(Fernandes & Carneiro, 1991, p. 8.)

Além da assessoria, apontada como a atividade mais importante das ONGs, são indicadas como relevantes as seguintes : pesquisa, educação popular, formação sindical, assessoramento técnico, projetos de produção econômica, formação de agentes, comunicação, por ordem decrescente de importância.

Desse modo, os especialistas das ONGs têm uma inserção específica de sua atividade intelectual, que se aparta do isolamento da academia, buscando um compromisso existencial com aqueles que são objeto do seu trabalho. No jargão das ONGs utiliza-se o termo

"(...) intelectuais orgânicos, na linguagem gramsciana, mas também fala-se de 'assessores', numa veia mais técnica. A primeira imagem sugere a integração em um único 'corpo social' e a participação em uma 'vontade geral'. Sua apropriação entre as ONGs tende a distanciar-se, no entanto, do sentido hierárquico da idéia de 'corpo', para enfatizar a simetria das trocas, em um espírito igualitário."
(Fernandes *apud* Landim, 1988, p. 16)

Neste quadro, os elos constituintes - construídos pela natureza comum dos conhecimentos que detêm - e, por outro lado, as distensões contraditórias geradas pelas formas diferenciadas de produção e socialização desses conhecimentos, dão origem às relações antagonicas entre as ONGs e o campo acadêmico, levando as primeiras a se auto-definirem por distinção em relação ao segundo. Sendo assim, as ONGs conservam os princípios e formas de conhecimento da academia, as credenciais e títulos dos seus especialistas, as formas de operacionalização dos seus produtos informacionais, os procedimentos de comunicação entre os pares, organizados em torno de seminários, cursos, treinamentos, publicação de periódicos especializados, com temática voltada para o próprio campo. Por outro lado, negam uma identidade ou aproximação com o campo acadêmico, em virtude do seu isolamento quanto ao estabelecimento de projetos e estudos de desenvolvimento e emancipação social.

A ambigüidade dessas relações em parte se entende, talvez, pela prática de uma "vocação política" pelas ONGs, de par com uma "vocação científica e pedagógica". O exercício conjunto dessas vocações quase nunca se faz presente no campo acadêmico. Pode-se ainda indagar, quanto a essa tensão presente na relação entre os dois campos, se as ONGs vêm realizando iniciativas de "extensão" (com toda a dimensão política contida no termo, nesse caso) do conhecimento especializado produzido na academia, a qual se efetua por uma ação política e mediações técnico-informacionais.

PRÁTICAS E CONCEPÇÕES DE CONHECIMENTO/INFORMAÇÃO NAS AÇÕES DAS ONGs

Sendo um fenômeno recente no cenário social e político brasileiro, só ultimamente as ONGs começam a ser objeto de estudos acadêmicos. Por outro lado, existe um conjunto importante de documentos gerados por essas entidades: periódicos, boletins, anais de encontros, pelos quais buscam uma interlocução inter-campo. Alguns estudos e documentos levaram à elaboração do quadro abaixo, que mostra a representação temática do universo discursivo das ONGs, ou seja, o modo como essas entidades se auto-representam.

QUADRO 1
REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DO UNIVERSO DISCURSIVO DAS ONGs

Palavras-chave empregadas para representar:

OBJETIVOS		SERVIÇOS	MEIOS	ESPECIALISTAS	PÚBLICO-ALVO
Em relação ao próprio campo	Em relação à sociedade				
Autonomia	Educação Popular	Assessoria	Projeto	Educadores Populares	Movimento popular
Internacionalização	Organização Popular	Pesquisa	Parceria	Agente	Sociedade civil
Profissionalização	Participação Popular	Educação Popular	Rede	Assessor	Povo
Pluralismo	Conscientização das classes populares	Formação	Compromisso	Novo intelectual	Popular
Institucionalização	Desenvolvimento comunitário	Assessoramento técnico	Voluntariado	Novas competências	Comunidade
Qualificação	Promoção social	Projetos	Alternativa	Mediador	Base
	Intervenção social	Formação de agentes	Serviço		Movimentos sociais
	Transformação social	Comunicação	Apoio		
	Competência política	Documentação	Incentivo		
	Direitos humanos	Informação	Subsídio		
	Ecologia / Meio Ambiente	Estudos	Participação		
	Democratização	Seminários	Cooperação Internacional		
	Desenvolvimento	Produção de conhecimento			
	Diversidade Cultural				
	Ação sobre a cidadania				

Fontes: LANDIM, L. 1988; PADRÓN, M. 1988; FERNANDES, R. C., CARNEIRO, L. P. 1991; LANDIM, L. 1993a; LANDIM, L. 1993b; BOMBAROLO, F. 1993; FRANCO, A. 1994.

A educação das classes populares, traduzida como conscientização e participação política, representa um objetivo primeiro das ONGs brasileiras e seu dilema maior. É nesse terreno que se originam as questões contraditórias de identidade dessas organizações em relação a outros espaços institucionalizados como o pedagógico, o científico, o político: os conflitos entre falas e representações de sujeitos que têm posições sociais, lingüísticas e cognitivas próprias e às quais a sociedade atribui pesos e valores diferenciados. Mais do que um dilema comunicacional - ou do entendimento lingüístico entre as partes - trata-se de uma questão política, que os agentes das ONGs buscam problematizar e traduzir em suas práticas. Esse modo peculiar de ação educacional parece ser o princípio identitário das ONGs/AMP - Assessoria e Apoio aos Movimentos Populares.

A tarefa de prestar assessoria aos setores populares da sociedade tem colocado essas organizações frente a uma situação paradoxal. De um lado, a afirmação do valor

que o conhecimento poderá agregar às práticas reivindicatórias e de transformação da realidade vivida pela população excluída do processo de desenvolvimento social; de outro, as limitações do conhecimento especializado, dadas as suas formas elitistas e excludentes de aquisição e distribuição na sociedade e o despreparo daí resultante dos especialistas ao lidar com questões que afetam o cotidiano vivido da população. Por essa razão, ao fazer a opção de estar a serviço das camadas populares, as ONGs e seus especialistas - ainda que não o façam de forma explícita ou como um objetivo em si mesmo - elaboram novas práticas e concepções do conhecimento e das suas formas alternativas e diferenciadas de produção.

REPRESENTAÇÕES ACERCA DO CONHECIMENTO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO⁶

Lovisoló (*apud* Landim, 1993 a, p. 4), estudando a “educação popular” – uma das categorias centrais na auto-definição das ONGs desde os seus primórdios – a considera como um movimento de intelectuais que expande em direção às camadas populares racionalidades, lógicas e valores caros à tradição racionalista ocidental, observando no entanto que o seu discurso não assume essa evidência em sua plenitude. “Educação popular” é entendida e praticada como resultado ou demanda da nação, do povo, das camadas populares. Conseqüentemente, ela não se pensaria a partir de uma sociologia dos intelectuais, mas sim a partir de uma sociologia da sociedade, das camadas populares, da política de emancipação, dentre outras possíveis.

Para situar essa forma de ação pelo conhecimento exercida pelos agentes da educação popular, Arruda afirma que (...) *quando os intelectuais tornam-se uma parte integrante, orgânica, do movimento social, exercem sobre ele um efeito catalizador crucial, numa relação criativa que é mutuamente fertilizadora: relação esta que é indispensável para que o movimento social avance em saltos qualitativos*. Acrescenta o autor que esta compreensão do papel dos agentes externos – os intelectuais ou especialistas – tem provocado mudanças na prática de muitas ONGs na América Latina e uma redefinição de seu papel em relação ao movimento social:

“Seu propósito deixa de ser a liderança, para ser o serviço. Seu método deixa de ser o ensinar, para ser o aprender – ensinar – aprender. Começaram a perceber que o fazer teoria não é uma tarefa apenas dos intelectuais. O povo pode e deve criar teoria” (Arruda, 1985, *apud* Fernandes *apud* Landim, 1988, p. 17).

Fernandes, no entanto, ressalta que é também freqüente uma situação inversa à que está sugerida acima, na qual a categoria do “assessor” é sublinhada, emprestando-lhe justamente este sentido de alguém que vem de fora atender a uma demanda que exige conhecimento especializado, e que não tem qualquer poder sobre o encaminhamento do problema, e muito menos sobre a totalidade da vida do grupo. (*op. cit.* p.17)

⁶ Os dados apresentados nessa parte foram coletados em pesquisa de campo junto ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos – CDDH, situado em Petrópolis, RJ, e no Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina – CEPEL, situado na cidade do Rio de Janeiro. As figuras mostram as palavras e expressões empregadas pelos agentes dessas ONGs, no decorrer de entrevistas, para representar os conceitos de conhecimento, informação, comunicação e cidadania.

De uma ou outra forma, as mediações cognitivas, comunicacionais e informacionais estão presentes nos objetivos das ONGs e nas ações dos seus agentes ou especialistas. Mais recentemente, fala-se em redes de ONGs e de movimentos sociais, de forma a indicar as relações horizontais entre os elos, e a não centralidade e não hierarquia entre as partes. A idéia é da "construção compartilhada do conhecimento", onde se inter cruzam três eixos de saber:

a) o conhecimento produzido e controlado pelos órgãos oficiais a respeito das condições de vida da população;

b) o conhecimento acadêmico ou perspectivas de análise teóricas e metodológicas voltadas à compreensão dos processos de produção de desigualdade e miséria;

c) o conhecimento dos sujeitos que vivem concretamente as condições de vida que geram os problemas e situações que são objeto das ações dos agentes nos movimentos.⁷

A produção compartilhada entre agentes internos e externos dos movimentos tem uma dimensão de "apropriação do conhecimento" do outro, em procedimentos comunicacionais/informacionais circulares de adequação e orientação das diferentes matrizes perceptivas e cognitivas para a resolução das questões teórico-práticas.⁸

Conhecimento

Nas representações dos especialistas/agentes das ONGs, o conhecimento está associado a "poder" e "influência". É algo que se acumula e tem potencial de transformação, atuando na construção da pessoa nos planos individual e coletivo. Encontra-se relacionado aos contextos de vida, isto é, aos espaços comunitários e associativos de vivência dos movimentos populares. Portanto é incorporado pelas experiências individuais e compartilhadas, geradas pela relação entre os sujeitos e a sua realidade vivida. Por isso, o conhecimento não é uno, universal e homogêneo, pois é criado pelas pessoas, junto às suas práticas materiais e simbólicas diversificadas. Nesse sentido prático do conhecimento, ele é inerente aos sujeitos, que o incorporam e expressam nas suas ações e representações.

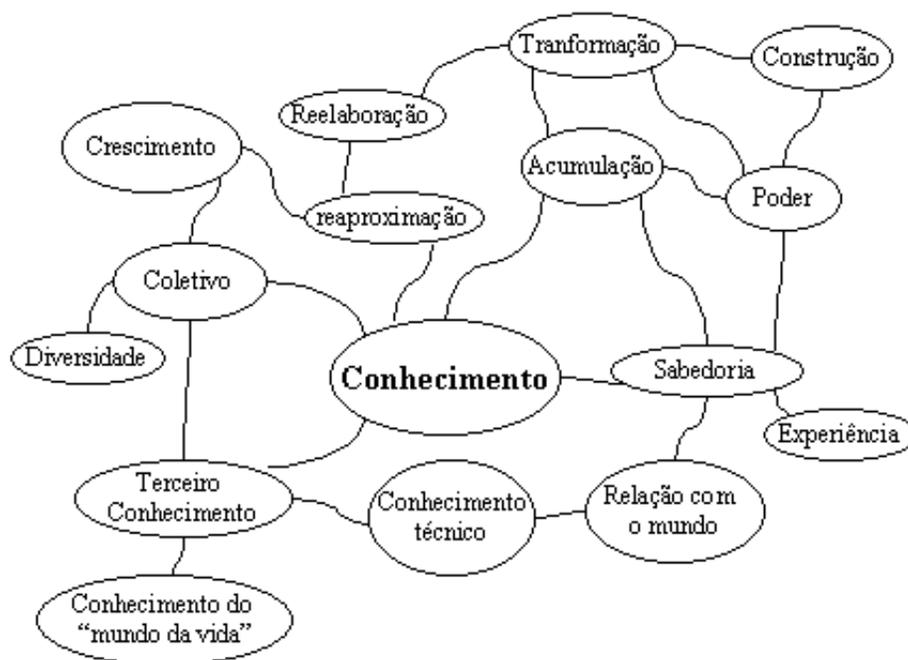
Uma representação peculiar do conceito é realizada por agentes que o associam à possibilidade de elaboração de um "terceiro conhecimento", construído pelo encontro entre formas diferenciadas de conhecimento: o científico ou oficial e o conhecimento de

⁷ "Construção compartilhada do conhecimento" é uma formulação empregada pelos especialistas do CEPEL - Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina - para designar um modo próprio e alternativo de produção do conhecimento, diferente dos padrões elitistas da academia. A construção compartilhada do conhecimento serve à academia como forma de revisar suas formas de ensinar, aprender, pesquisar. Para os movimentos populares, como meio de valorização dos conhecimentos adquiridos na experiência - o conhecimento prático - e sua capacidade de intervenção no dado da realidade, para transformá-lo. (cf. CUNHA, M.B.; OLIVEIRA, R.M., 1997, p.8 e segs.)

⁸ A discussão propriamente acadêmica a respeito das formas compartilhadas de construção ou apropriação dos conhecimentos tem como eixo, nesse caso, a situação historicamente problemática da saúde pública no país - as políticas públicas equivocadas, o atendimento precário dos serviços de saúde. Para aqueles que se alinham ao trabalho da "Educação Popular e Saúde", com a crise econômica mundial e a retratação das políticas sociais do Estado é necessário pensar novas formas de melhorar as condições de vida e saúde da população pobre, valorizando suas formas alternativas de pensar e atuar sobre o seu quadro de vida. Tanto para os que estão mais próximos da população carente - os profissionais dos serviços de saúde - quanto para professores, pesquisadores, alunos, representantes e lideranças das comunidades é oportuno lembrar que "*A história nunca começa com o contato dos profissionais dos serviços com as suas clientelas. A história é anterior: há um passado que ainda vive, em sua virtualidade, no presente e está referido às experiências acumuladas em uma gama amplamente diversificada de alternativas, bem como às lutas moleculares ou coletivas que enraizam formas de pensar e agir.*" (cf. VALLA, V. V., 1998, p.10; VALLA, V. V., STOTZ, E. N., 1993)

"senso comum", das camadas populares. O encontro entre essas formas de conhecimento realiza-se pela ação política, pedagógica e informacional das ONGs e de outros mediadores dos movimentos sociais, resultando em amálgama cognitivo, comunicacional e lingüístico que tem potencial crítico e transformador do mundo vivido dos agentes sociais. A idéia de "reapropriação do conhecimento" remete às possibilidades do emprego dos conhecimentos produzidos socialmente para os propósitos e ações dos agentes das ONGs e dos próprios movimentos.

Fig.1 - Representação Conceitual - Conhecimento



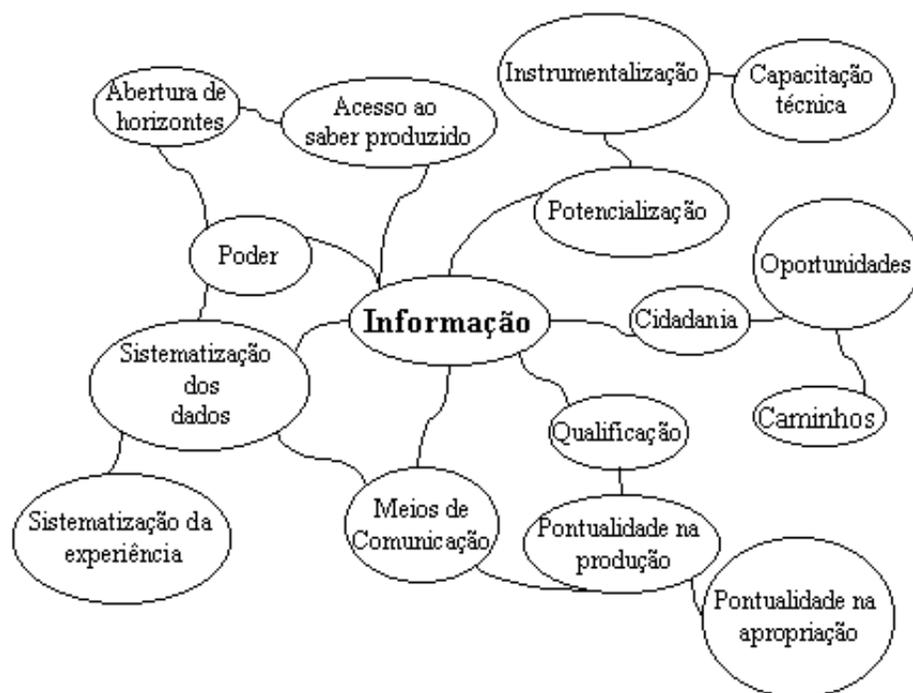
Informação

Se o conhecimento é representado como algo acumulável, incorporado, resultado ou processo de construção da experiência dos sujeitos, a informação é marcada pelo seu caráter pontual e virtual. Ela é uma potência, possibilidade ou faculdade, isto é, contém a possibilidade de vir a ser algo. É uma qualidade a ser desenvolvida pelos sujeitos. Tem uma pontualidade (exatidão, precisão, regularidade) na produção e na apropriação pelos sujeitos.

Está associada, pelo seu caráter potencial e pontual, às idéias de "qualificação", "capacitação técnica", "instrumentalização", ou seja, a uma ação prática interna e externa aos sujeitos que depende de mecanismos técnicos de qualificação e capacitação para sua produção , acesso ou absorção, tendo portanto um componente instrumental.

A informação, a depender desses mecanismos de ordem cognitiva, pedagógica e instrumental, "abre caminhos", "cria novos horizontes" para a conquista dos "direitos da cidadania" e de "acesso ao saber produzido". Assim como o conhecimento, informação está relacionada ao poder. Sua disponibilidade, acesso e absorção pelos agentes sociais agregam valor ao conhecimento por eles/neles incorporado, isto é, enriquecem e potencializam suas ações sobre a realidade, pois a informação permite a sistematização dos dados objetivos e exteriores aos agentes, e aqueles extraídos da sua própria experiência.

Fig. 2 - Representação Conceitual - Informação



Comunicação

O conceito é representado principalmente no plano das relações e interações sociais: intercâmbio entre as pessoas; contato pessoal; vivência das diferenças; interação; aproximação; troca; aproximação das pessoas; como os sujeitos se relacionam e como transformam essa relação.

Comunicação também está associada a desenvolvimento, mensagem, informação, divulgação de idéias, à grande Imprensa. A noção é situada no plano da "expressão da vida", sendo ela – a comunicação - o referente para o entendimento da própria vida, ou ainda a sua "essência". Comunicação encontra-se ainda associada à produção, reprodução e reapropriação do próprio sentido de viver em sociedade.

Diferentemente de conhecimento e informação, tem pouca materialidade. Às vezes a noção é associada a “projetos institucionais”, pelo fato de alguns dos programas das ONGs receberem essa designação e terem como objetivo a atuação no plano da comunicação e da linguagem, junto aos grupos populares.

Para o universo das ONGs, a idéia de comunicação é aquela que talvez melhor expresse os seus objetivos e os meios empregados para atingi-los: a ação interativa com as camadas populares e o trabalho que se elabora em relação a conhecimentos, linguagens e falas que não possuem o mesmo estatuto na sociedade.

Fig.3 - Representação Conceitual - Comunicação



Cidadania

Cidadania encontra-se relacionada, na representação dos agentes, aos "direitos fundamentais do cidadão" e à "dignidade humana". Ao "homem pleno", isto é, capaz de exercitar suas dimensões humana e social.

Como para o universo das ONGs em geral, cidadania é um processo de "luta" e "conquista de direitos". Deixa assim de ser um ato individual, para se inserir no campo das lutas coletivas por melhores condições de vida, de trabalho e de lazer. Viver coletivamente é um processo de "entendimento do social", do seu funcionamento, para cada sujeito atuando em sociedade, e mais ainda para aqueles aos quais é negado o acesso aos bens e equipamentos coletivos, tanto materiais quanto simbólicos.

Além de estar associada ao conhecimento de "como as coisas funcionam", refere-se ao acesso à informação para ação na esfera pública. A construção da cidadania inclui como pressuposto a aquisição compartilhada do conhecimento e o emprego das informações, vindas de diferentes fontes, para suporte à ação dos agentes, grupos e entidades no âmbito dos movimentos sociais.

Fig.4 - Representação Conceitual - Cidadania



As representações realizadas pelos agentes das ONGs acrescentam novos elementos e chaves de entendimento aos conceitos de conhecimento, comunicação e informação, expressando uma situação que Foucault (1971, p. 256) chamaria de confronto entre o discurso teórico – ou “espaço transcendental sem sujeito” – e o discurso prático, onde o sujeito se faz presente, suas “relações de forças e combates”, suas falas e representações.

No universo estudado, a leitura conceitual dos agentes tem um sentido prático, ligado ao trabalho realizado por suas organizações. A representação da informação pode ser associada à definição de Wersig (1993, p. 233): “Informação é conhecimento em ação”, apontando não apenas para a sua centralidade na realidade social moderna, quanto para o seu caráter pragmático.

As ONGs atribuem à informação um caráter pontual, potencial, virtual e possível de se realizar, dependendo da capacidade cognitiva, lingüística e comunicacional dos sujeitos, ou seja, das condições objetivas para a realização dos atos comunicacionais e informacionais. O conhecimento é representado como apropriação e absorção de princípios de entendimento da realidade social e do próprio sujeito inserido nela, e

remete à experiência e à sabedoria, ou seja, ao *habitus* acumulado pelo indivíduo na sua trajetória social. Daí existirem tantas formas de conhecer quanto são múltiplos os lugares de onde se fala e se representa o mundo. Bourdieu (1991, p.15) considera que esses espaços múltiplos de fala formam uma “*conjuntura lingüística, que cria um mercado de circulação de sentidos, discursos e significados com pesos e valores diferenciados*”.

A comunicação, no universo das ONGs, remete para a necessidade de escuta da “fala do outro”, ou a uma relação social entre sujeitos que não têm o mesmo estatuto na sociedade, e que interpretam as informações a partir da sua localização (física e simbólica) no espaço social, gerando-se assim conflitos e embates discursivos e cognitivos entre os interlocutores. Esses conflitos às vezes são vivenciados através do diálogo e da ação direta, outras vezes por uma mediação informacional. Com o uso de diferentes meios de transferência da informação, essas organizações buscam regular e ajustar seu discurso ao mundo das falas e representações populares. Quase sempre os dois procedimentos são aplicados em função de criar situações de comunicação.

Cidadania refere-se às condições de vida dos grupos populares na sociedade, alvo das ações das ONGs. Representa a situação concreta de organização da vida em relação ao seu entorno social, político, econômico e natural. Idéia entendida formalmente no plano das relações entre o Estado e a sociedade civil, na representação das ONGs faz parte do conjunto de ações (“lutas”) de mobilização e organização das classes populares pela construção e conquista de um “estado de cidadania”, referindo-se ao mesmo tempo a um processo e ao seu resultado. A representação do conceito, no discurso das ONGs, refere-se ao coletivo, isto é, ao reconhecimento e consciência de uma coletividade a respeito das suas condições de vida e às formas de ação que poderão alterá-las. Nesse contexto, a informação é um elemento potencializador da leitura e intervenção no mundo vivido dos grupos populares, e da sua relação com o sistema social, político e econômico.

A LINGUAGEM E AS MEDIAÇÕES DE CONHECIMENTO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO

O trabalho com a linguagem do outro requer a realização de um ato comunicacional, com todos os riscos e armadilhas que lhe estão implícitos, abrindo assim

“(...) a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas.”

(Minayo, 1992, p. 109-110)

Segundo Bourdieu (1991), quando considerada nela mesma, ou seja, como um mero recurso comunicacional entre interlocutores, a linguagem deixa de lado a história política daqueles que a falam, ou ainda a geografia do domínio onde ela é falada, autonomizando - se em relação às suas condições sociais de produção, representação e uso. De modo diverso, ao lidar com a “fala do outro” é necessário aceitar que a

linguagem “*é mais um instrumento de ação e de poder do que um objeto de inteligência.*” (ibidem, p.13)

A linguagem depende de seus contextos e condições sociais de produção, reprodução e uso, isto é, tem diferentes empregos em situações concretas e diferenciadas. Por outro lado, cada agente social possui seu *habitus*, ou conjunto de esquemas de percepção e ação sobre o mundo, o qual se constrói e se reestrutura pela posição do agente no espaço social, suas oportunidades e vivências educacionais e culturais.

Os produtos lingüísticos gerados a partir dessas condições sociais criam um “mercado lingüístico” para diferentes formas e perfis de consumo. Ao falar, o agente expressa, através do seu discurso, o seu *habitus* interiorizado, o qual funciona como um filtro seletivo – tanto no plano de emissão quanto de recepção – dos sentidos e informações que circulam socialmente, e ainda como um retrato da sua posição no espaço social. Para Bourdieu (1991, p.16) o paradoxo da comunicação (ou das práticas lingüísticas) “*é que ela supõe um meio comum que somente se realiza suscitando e ressuscitando experiências singulares, isto é, socialmente demarcadas*”. As práticas lingüísticas são atos políticos que colocam em situação comunicacional (interativa) agentes cujas falas têm lugares e pesos diferenciados e demarcados no mercado lingüístico.

As ONGs, pela posição que ocupam no espaço social, funcionam como um campo mediador das informações/conhecimentos gerados no campo acadêmico e a própria sociedade. Como temos visto, seus integrantes são oriundos, quase na sua totalidade, do meio acadêmico.

Ainda que existam diferenças quanto ao perfil dos seus agentes, pode-se considerá-los em geral como especialistas, ou seja, porta-vozes de discursos, formas de conhecimento e meios comunicacionais especializados (ou científicos, ou eruditos), por oposição ao modo de conhecimento de senso comum, ou popular, dos agentes das comunidades com as quais interagem.

Nesse quadro, a linguagem é um elemento importante a ser trabalhado, de modo que a comunicação se estabeleça entre agentes que possuem formas diferentes de treino e competência lingüística. Na transformação do discurso formal e especializado em informações relevantes e de qualidade para a população, é exigido um esforço de compreensão da perspectiva do outro, das formas de representação do seu mundo vivido e, a partir dele, das maneiras próprias de representar o sistema social, político e econômico no qual se inserem.

Por essa razão a comunicação entre agentes situados em posições diferenciadas no espaço social é complexa, exigindo uma interação onde os interlocutores reconheçam e procurem entender a perspectiva do outro, estabelecendo uma relação baseada em objetivos e propósitos comuns. E, ainda, que essa interação comunicacional esteja relacionada a uma ação sobre a realidade.

Na formulação da teoria do agir comunicacional, Habermas (1990) considera que existem nas sociedades ocidentais (ou sociedades orientadas pelo modelo racional de cultura) duas formas de ação social, que por sua vez estão baseadas em formas diferentes de comunicação. A primeira delas é a “ação instrumental e estratégica” , na qual o processo comunicacional se realiza pela transferência de informações visando finalidades técnicas e decisórias. É uma ação regida por regras na qual os agentes se posicionam como emissores/receptores de um ato discursivo lógico-racional. A segunda

é a “ação comunicacional”, situação onde os agentes estabelecem uma interação, também mediada pela linguagem, e orientada por finalidade de entendimento e intersubjetividade, visando determinados objetivos comuns. No agir comunicacional os agentes priorizam a qualidade da comunicação, enquanto oferecem a possibilidade de se atingirem certos objetivos compartilhados. Trata-se de uma ação regida por normas. Os agentes posicionam-se como interlocutores do ato comunicacional, num processo constante de trocas.

Ainda de acordo com Habermas, a “ação estratégica ou instrumental” toma emprestadas as suas coordenadas do “mundo do sistema” (da tecno-ciência que apóia o processo lógico-decisório e político-econômico), enquanto o “agir comunicacional” refere-se ao mundo dos sujeitos vivendo em sociedade. Segundo o autor, a ação apoiada apenas em informações é puramente estratégica, e a comunicação pode ser controlada e/ou manipulada pelo agente que possuir um número maior e mais relevante de informações, o que pode vir a comprometer a qualidade de comunicação e o desfecho da própria ação em curso. As ações sociais modernas estariam cada vez mais dependentes de informações, uma vez que o “mundo do sistema” invadiu, com sua lógica orientada pelos meios e raciocínios técnicos, o “mundo da vida” dos sujeitos sociais. A ação emancipatória e crítica dos agentes sociais estaria então a depender do exercício comunicacional liberado dos seus condicionamentos sistêmicos.

Na ação das Organizações não-Governamentais ressalta-se, nesse contexto, o valor do agir comunicacional e do jogo da intersubjetividade lingüística, cognitiva e política para sustentar as intenções, objetivos e interesses dos especialistas e dos agentes das camadas populares da sociedade.

CONCLUINDO...

Os modos de representar e de atuar das ONGs e dos próprios movimentos sociais levam à percepção de que nesse ambiente do modernamente chamado Terceiro Setor vem sendo elaborada, ao longo do tempo, uma nova compreensão do conhecimento, o que poderá vir a fortalecer a importância das organizações civis democráticas nas comunidades, nas relações entre grupos e entidades e em outros contextos locais, regionais ou internacionais.

No momento em que o discurso científico, o político e o empresarial ressaltam o valor do conhecimento prático ou "tácito" no movimento do mercado, da economia, das empresas, reveste-se ainda de maior relevância reconhecer e fortalecer, nos movimentos sociais, os modos como o conhecimento prático é socializado, a compreensão teórica é colocada à prova, e os agentes coletivos - dos grupos, das lideranças, das entidades - detendo um saber parcial, constantemente renovado, são forjados.

Para isso é necessário considerar as novas formas de poder necessárias à mudança social possível e almejada, o que pressupõe uma visão do conhecimento como produto social, que é distribuído, dotado de valor e apropriado de diferentes formas. Além do Estado e do mercado, nas modernas sociedades da informação, a sociedade civil (ou o Terceiro Setor) está implicada nos processos de distribuição e organização do conhecimento. Historicamente, no Brasil e na América Latina, as ONGs têm desempenhado ações político-pedagógicas de transformação e melhoria das condições

de vida das populações marginalizadas, empregando meios e recursos comunicacionais e informacionais.

O encontro e o confronto entre diferentes formas de produzir e representar o conhecimento, a comunicação, a informação e a cidadania levam a novas formulações conceituais e políticas sobre esses conceitos. No entanto, parece que na relação pedagógica da educação popular, entre especialistas e o povo, os pressupostos construídos sobre a organização e distribuição do conhecimento na sociedade não são de todo assumidos, ou discutidos. A questão do conhecimento parece estar ausente do debate político, apesar da sua centralidade na transformação social.

No processo de gestão e controle dos conhecimentos modernos, que tem no Estado, no mercado, nas tecnologias e na ciência seus pólos condutores, as ONGs e outras entidades civis, em que pese suas inconsistências e oscilações no cenário mais recente da chamada globalização, ainda poderão continuar a desempenhar um papel de destaque na democratização da sociedade e dos bens culturais que ela produz, criando novas práticas de produção, aquisição e disseminação das informações, assim como espaços de comunicação nos quais grupos de agentes posicionados em pontos diferentes na estrutura social exercitam suas falas e cosmovisões próprias, tendo em vista objetivos comuns de transformação social. Por meio de suas ações político-pedagógicas, as ONGs poderiam concorrer para a formação de novas configurações de comunicação e informação, e de novas matrizes de gestão e democratização do conhecimento na sociedade.

Estes pressupostos, construídos no processo da pesquisa acadêmica, motivaram este exercício sobre o universo das representações e ações das ONGs junto aos movimentos organizados da sociedade civil, ou, como se costuma dizer mais recentemente, do Terceiro Setor.

Abstract

This article unites reflections on the practices and representations of knowledge, information and communication which orientate the actions of groups, social movements, entities and civil society organisations – more recently covered by the denomination Third Sector – with emphasis on Non-Governmental Organisations of Advice and Popular Support (NGOs/AMP). These entities, of historical importance in the field of popular education in this country, carry out political-pedagogical actions which it is important to examine in the context of modern information societies, since promote spaces for the production and employment of knowledge and information for the development and democratisation of society.

Key words

***INFORMATION AND POPULAR EDUCATION
NON-GOVERNMENTAL ORGANISATIONS
KNOWLEDGE AND SOCIETY***

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris, Les Éd. de Minuit, 1980 c

BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire; l' économie des échanges linguistiques..* Paris: Fayard, 1991.

CUNHA, Marise B., OLIVEIRA, Rosely M.. *Construindo indicadores sobre as condições de vida nos bairros e comunidades da região da Leopoldina..* Relatório Técnico. Rio de Janeiro: CEPEL; ELOS/ENSP/FIOCRUZ, 1997

FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1994.

FERNANDES, Rubem Cesar, CARNEIRO, Leandro Piquet. *ONGs anos 90: a opinião dos dirigentes brasileiros*. Rio de Janeiro : ISER, Núcleo de Pesquisas, 1991. (Textos de Pesquisa ; 1).

FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.

HABERMAS, Jürgen. *O pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1990.

LANDIM, Leilah. *Para além do Mercado e do Estado? filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro : ISER, 1993. (Série Textos de Pesquisa).

_____. (Org.). *Sem fins lucrativos : as Organizações não-Governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro : ISER, Núcleo de Pesquisa, 1988.

MINAYO, Maria Cecília de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, Rio de Janeiro : Hucitec/Abrasco,, 1992.

TORO, José. B. O papel do Terceiro Setor em sociedades de baixa participação (quatro teses para discussão). In: IOSCHIE, Evelyn B. *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

SFEZ, Lucien. Informação, saber e comunicação. *INFORMARE - Cad. Prog. Pós-Grad. Ci. Inf. CNPq/IBICT-UFRJ/ECO*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 5-13, jan./jun. 1996.

_____. *Crítica da Comunicação*. São Paulo, Ed. Loyola, 1994.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Inf. Process & Manag.*, v. 29, n. 2, p.229-239, 1993.

VALLA, Victor V. Sobre a participação popular: uma questão de perspectiva. *Cadernos de Saúde Pública*, Suplemento 2, Rio de Janeiro, v. 14, 1998.

VALLA, Victor V., STOTZ, Eduardo N. *Participação popular, educação e saúde: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.